

MARÍA DEL PILAR SACRISTÁN MARTÍN

**PRODUÇÃO ESCRITA EM LÍNGUA PORTUGUESA  
E CASTELHANA: REALIZAÇÃO DE IMIGRANTES  
ESTABELECIDOS EM SÃO PAULO (1960/1970)**

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Linguística e Línguas Orientais da Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo, como requisito  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Letras (Linguística).

Orientador: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

São Paulo  
1985

## P A R T E 1 - R E F E R E N C I A L C O N C E I T U A L

### I - CONTEXTO DO IMIGRANTE

Considerando que os sujeitos da pesquisa faziam parte de um grupo com características culturais particulares, entendeu-se conveniente oferecer uma visão geral do contexto em que es tão inseridos esses indivíduos.

Na primeira parte deste capítulo comentam-se os principais motivos que levam à emigração e os conflitos resultantes do confronto entre as duas culturas. A segunda parte trata especificamente do imigrante espanhol e de seu estabelecimento em São Paulo. A bibliografia a esse respeito é esparsa e muito reduzida, apesar disso, procurou-se recolher informações básicas que propiciassem um panorama do fenômeno migratório espanhol, es pecialmente em São Paulo.

### A - O IMIGRANTE: UM SER DIVIDIDO ENTRE DUAS CULTURAS

Weijnen (apud Overbeke, 1972, p. 119) referindo-se ao bilingüismo afirma: "*je pense pouvoir distinguer deux formes principales du phénomène, d'abord celle où la personne intéressée maîtrise plus d'une langue en tout ou en partie, mais vit dans une société que, pour autant qu'elle reste enfermée sur elle-même, est d'expression unilingue, et ensuite celle où dans la société concernée les différents groupements humains d'une même unité locale emploient entre eux plus d'une langue*". No primeiro caso, temos o bilingüismo como fenômeno individual, no segundo trata-se de um caso de diglossia.

O imigrante caracteriza-se, em primeiro lugar, por conviver com uma comunidade e numa região que não a de nascimento. Ser bilín<sup>g</sup>üe (ou plurilín<sup>g</sup>üe) é, para ele, uma decorrência da necessidade

de adquirir o idioma do lugar em que se encontra. O bilinguismo em circunstâncias diglôssicas tem outras características, entre elas, não pressupõe necessariamente a imigração. Não obstante, a imigração, com raras exceções, pressupõe o bilinguismo. Por conseguinte, o fato de ter-se transferido para um local alienígena vai distinguir e determinar certos comportamentos do indivíduo, entre eles, naturalmente, o verbal.

A causa predominante da emigração, como já foi dito, encontra-se no fator econômico. Os indivíduos que aspiram a maiores e melhores oportunidades de trabalho e de ascensão social, transferem-se para países que requerem seus serviços, aceitando, na maioria das vezes, o preço da insegurança social decorrente, em razão dos limitados direitos que possuem, por constituírem mão-de-obra barata, e pelo esforço que empreendem na adaptação ao país estrangeiro.

Por um lado, o migrante, ao optar por outro país, vê-se obrigado a conviver não só com a língua, mas com a cultura da região hospedeira e, portanto, a alternar duas culturas e empregar dois idiomas. O biculturalismo nem sempre é um processo bem aceito pelo indivíduo: a comparação da cultura exógena com a própria, pode acarretar a negação e/ou rejeição de uma delas, além de um sentimento de ausência de raízes. Por outro lado, em muitos mantém-se o desejo constante de retornar à pátria, embora nem sempre se concretize, seja pela não aquisição dos recursos econômicos necessários, seja pela integração ao país hospedeiro, seja pela dificuldade de readaptação social ao país de origem e manutenção do nível de vida adquirido. De qualquer maneira, o sentimento de provisionalidade, durante muito tempo, é vivenciado pelo imigrante.

Os efeitos desse conflito refletem-se no seu comportamento frente ao grupo social que integra. Sheldon Leslie Maram, no seu livro *"Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920"* constata a fragilidade dos movimentos operários no Brasil, atribuindo o fato à dificuldade dos líderes sindicais de organizarem os trabalhadores e de persuadi-los a reivindicar melhores condições de vida. Entre as razões dessa dificuldade, está a origem imigrante dos operários. *"O imigrante médio italiano, português e espanhol não possuía consciência de classe. Sua perspectiva era a ascensão social. Considerou o Brasil como um lar temporário, um lugar onde poderia melhorar sua situação econômica apenas o suficiente para retornar confortavelmente à sua adorada terra natal. Bem poucos conseguiram realizar seus objetivos, o que não foi suficiente para transformar a atitude do imigrante perante o sindicalismo antes da Primeira Guerra Mundial. A cidade, o país e a profissão eram vistos pelos imigrantes em termos pragmáticos. Se deixassem de produzir os benefícios desejados, o imigrante estava prestes a sair, e muitas vezes partiu"* (p.161).

A necessidade de evitar a tensão que o sentimento de ausência de raízes produz, manifesta-se num esforço de adaptação à nova realidade. O indivíduo procura relacionar-se social e profissionalmente da maneira mais satisfatória possível, progressivamente, vai tornando-se mais permeável à nova cultura e com isso engendrase outro impasse. O imigrante, ao pressentir que a adaptação - primeiro passo para a assimilação - é um prenúncio de "estar à vontade", de desatender às suas raízes, de perder a identidade original, sente-se desleal para com suas tradições. E reconhece que, via de regra, a integração exclui o retorno, assim como a rejeição descarta a permanência.

O imigrante recebe a integração pois ,empiricamente, sabe que, com exceção de etnias muito coesas, como é o caso dos judeus e outros grupos minoritários, os grupos étnicos hóspedes são quase sempre assimilados na segunda geração e, em alguns casos, na primeira. Observa também que a tendência é perder a coesão como grupo , agir individualmente e, aos poucos, ser absorvido pela etnia e pela cultura anfitriãs. Isto ocorre efetivamente com a grande maioria dos imigrantes espanhóis estabelecidos em São Paulo, como se verá na segunda parte deste capítulo.

Na prática, é possível, e acontece realmente em países como a Suíça e a Alemanha, que o indivíduo imigrante responda quase que exclusivamente pela função profissional que lhe foi confiada. Basta-lhe tomar parte no processo produtivo, manipulando a linguagem específica desse setor, sem participar do sistema social amplo da comunidade. Entretanto, no Brasil não é comum uma dissociação deste tipo na vida dos imigrantes, e menos ainda quando se trata dos de nacionalidade espanhola. Além de traços culturais semelhantes, a língua portuguesa, quanto à inteligibilidade, não representa obstáculo difícil de superar para um hispano-falante. Leve-se em conta também que os imigrantes , em geral, não sentem rejeição por parte dos nativos. O Brasil não é um país xenófobo, ao contrário, sua história desde a colonização caracteriza-se pela transferência do elemento europeu, sobretudo do ibérico e do africano. Com o advento do século XX, o fluxo migratório ampliou-se decisivamente: japoneses, italianos, alemães, árabes, poloneses e outros foram assimilando a cultura autóctone e deixando na comunidade a marca das suas próprias.

O biculturalismo do imigrante estrutura-se mais como experiência sucessiva do que simultânea, e sua elaboração e sincretismo é um fenômeno interno dependente de inúmeros fatores como idade, va

lorização da cultura materna, relacionamento afetivo entre indivíduos de uma das duas culturas, e outros. Essas variantes parecem ter influência relevante no comportamento do imigrante e na sua produção lingüística.

É comum encontrar, não só nos imigrantes espanhóis mas entre outros grupos, especialmente em São Paulo, a aculturação progressiva e, em muitos casos, total. A cultura primeira perde funcionalidade social, enquanto que a segunda, à medida que o indivíduo se integra nela pela compulsão de realização social, aumenta essa funcionalidade. Diz Fabregat (1978, p.28) que "a causa de esto, queda en suspensiōn o en estado de latencia la continuidad relativa de la primera cultura, especialmente en los casos en que ēsta haya emigrado a otra sociedad y haya perdido sus vīnculos de sustentaciōn ecocēntrica e institucional. Desde la perspectiva de esta pērdida, la cultura de origen se convierte en una experiencia discontinua, en el sentido de que sōlo es usada una parte del tiempo social de los individuos que la representan. En cambio, y en virtud de su especīfica funcionalidad social, es lo mās probable que la pauta de continuidad pase a ser dada por la segunda cultura en la vida del individuo". Os resultados da presente pesquisa, como será visto nos capítulos correspondentes, apóiam a afirmação de Fabregat, no que tange à produção verbal. Observou-se o predomínio de uma série de elementos lingüísticos da segunda língua sobre a primeira, o que parece estar relacionado com a perda de funcionalidade do castelhano.

Ainda segundo Fabregat (1978, p.46) o monoculturalismo tende a ser mais forte do que o biculturalismo, isto explicaria o fato de os imigrantes, com freqüência, afrouxarem seus vínculos com

o país de origem e serem assimilados pelas culturas anfitriãs. No entanto, convém ressaltar sempre as características adaptativas do indivíduo, as quais têm influência decisiva no processo.

A imigração de qualquer maneira é um conflito tanto a nível social quanto existencial para o homem e, globalmente, para as nações. Salvo os casos em que o indivíduo se transfere por razões estritamente pessoais, a imigração gera um desequilíbrio de maior ou menor extensão, no homem e na comunidade. A busca do equilíbrio parece estar na tendência à integração e à assimilação ao país hospedeiro.

Embora as nações considerem a migração uma violência social, ela ocorre ininterruptamente: uns países exportam homens e outros os acolhem. E embora comporte inúmeras desvantagens, tanto para os indivíduos quanto para as comunidades que os perdem e, às vezes, para as que os recebem, também traz em si benefícios e contribuições valiosas para todos. A história tem provado tal fato em todas as etapas da vida do homem no planeta.

#### B - BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ESPANHOLA EM SÃO PAULO

Como define Cenni (1975) a emigração opõe-se à conquista na medida em que esta se faz pela força, enquanto a primeira é uma *"translação de massas mais ou menos vultosas de indivíduos para de terminado território onde se apresente mais fácil e imediata a possibilidade de utilização de seus meios naturais, a fim de conseguir resultados econômicos melhores"* (p.166). O fenômeno migratório reveste-se de grande importância para as civilizações, pois propicia um intercâmbio de experiências entre os indivíduos das diferentes culturas e fomenta o progresso da região hospedeira pela obtenção de força de trabalho adicional.

Os motivos do êxodo, assim como os do estabelecimento em determinados territórios, embora possam parecer diversos, via de regra, reportam a um denominador comum: o desejo de ascensão econômica, social e/ou pessoal, por um lado, e a impossibilidade de concretizar esse anseio na terra natal. Além desse fator em que conta a opção do indivíduo, encontra-se outro mais arbitrário: a necessidade e o interesse por parte das nações em abrigá-lo ou em desembaraçar-se dele .

A Península Ibérica, nos seus primórdios, em razão da sua condição geográfica de finisterrae, por um lado, e de ponte entre a África e a Inglaterra por outro, acolheu uma grande diversidade de povos: iberos, celtas e cartagineses, entre os mais conhecidos. Com o domínio da navegação e a conquista da América, o processo inverteu-se : o fluxo centrífugo de indivíduos continua ocorrendo até hoje . A partir do século XV já se pode falar em Espanha como um país unificado. Nessa época a dispersão de seus homens deu-se, basicamente, dentro do quadro de conquista e colonização; séculos depois, porém, tornou-se um movimento de trabalhadores em direção a países que pudessem acolher sua produção e retribuí-la em termos econômicos.

Não há dados precisos quanto ao número e características dos espanhóis estabelecidos no Brasil. As próprias fontes oficiais espanholas (Atlas de la Emigración, 1973) advertem sobre a falta de exatição das cifras e informações. As razões para esse fato são várias, entre elas, a integração ao Brasil e o movimento contínuo, típico do trabalhador imigrante em busca sempre de novos e melhores empregos. Regra geral, o espanhol deixa de registrar-se periodicamente nos órgãos oficiais (Consulados, Embaixada, Agregaduría Laboral) dificultando a tais entidades o controle do destino e das atividades que



exerce. A maioria das vezes, o imigrante procura essas entidades apenas para resolver problemas pessoais de tipo burocrático e de interesse imediatista, isto é, contatos com a terra natal por razões familiares e econômicas, passaporte, etc., sem contar que questões desse tipo procedem de uma minoria.

Considerando que não é objetivo deste trabalho tratar o tema em detalhe, mas traçar um panorama rápido, basicamente cronológico, da imigração espanhola e, em especial, da de São Paulo, omitiremos a presença e participação dos espanhóis no Brasil até o Segundo Reinado, presença esta que deixou marcas na formação do país.

A partir de 1850, a necessidade de substituir o trabalho escravo pela mão-de-obra contratada e assalariada, além da preocupação em povoar áreas estratégicas do interior, impeliu o Governo Imperial a facilitar e mesmo estimular a imigração. O Brasil começou então a imprimir um aspecto legal à imigração e, paulatinamente, foram entrando para o trabalho agrário levas de imigrantes suíços, alemães, italianos, portugueses, espanhóis e, posteriormente, japoneses. A subsequente libertação dos escravos, pelo Decreto de 13 de maio de 1888, contribuiu ainda mais para a expansão do processo migratório; e, sete meses após a Proclamação da República, foi promulgada a Lei Glicério que tratava do transporte e do recebimento de imigrantes.

Em meados do século XIX, a situação do Estado de São Paulo diferia da do resto da nação. Estava no seu auge a produção de café no Vale do Paraíba que logo depois se transferiria para o Oeste, onde se encontravam as condições geo-climáticas ideais para essa cultura. No Vale do Paraíba, a produção fazia-se ainda na base de mão-de-obra escrava, porém o Oeste requiritava uma quantidade de braços que excedia a disponibilidade; isto, num momento em que o

tráfico de escravos estava proibido, e o preço dos mesmos havia triplicado, representando um investimento excessivamente oneroso. Recorreu-se, num primeiro momento, ao tráfico interno de escravos - do Nordeste para São Paulo - mas, em seguida, apelou-se para a introdução de mão-de-obra assalariada (Dean, s/d).

Nas décadas seguintes, as autoridades foram tomando novas atitudes objetivas tendo em vista a captação de recursos humanos do exterior. Em 1870, o governo paulista votou um subsídio para companhias que transportassem camponeses italianos, e, através de um contrato de imigração, firmado em 1878, chegaram a São Paulo 90.000 europeus em apenas três anos. Dean, referindo-se a este momento histórico, afirma que no Estado de São Paulo "nunca houve escravos em número suficiente, e no correr da década de 1870 já era manifesto que eles representavam um frágil investimento. Em 1873, constituíam apenas 1% da população do Estado, depois de terem sido 28% em 1854. Desviados de novas aquisições de escravos, os lucros de São Paulo poderiam ser aplicados em finalidades mais produtivas. O custo inicial de mão-de-obra europeia era insignificante, comparado ao tráfico com a África. Por volta de 1900, o programa estadual de subsídios à imigração custava tão-somente sete milhões de dólares e carreava para o Brasil quase um milhão de imigrantes" (p.49).

Em 1886, o Governo Central delegou à Sociedade Protetora da Imigração, criada nesse ano por iniciativa de fazendeiros paulistas, a responsabilidade pela política imigratória do Estado, assim como a direção da Hospedaria de Imigrantes, em São Paulo. "Já com essa estrutura, embora modesta, o imigrante tinha um lugar onde era recebido, a Hospedaria; e lá, funcionando como um verdadeiro mercado de mão-de-obra, era contratado e levado para as fazendas.

No período anterior a esse, quando ainda a Sociedade Protetora da Imigração não tinha sido formada, o imigrante era levado diretamente do Porto de Santos para as plantações, em comboios, sem ter mesmo tempo de tomar um primeiro contato com o novo país que o recebia" (García-Guillén,1980,II).

Assim,entre 1880 e 1920, São Paulo recebeu uma onda maciça de espanhóis (mais de 50.000) que se dirigiu ao Oeste do Estado de São Paulo para trabalhar na lavoura do café. Esses imigrantes vinham com a viagem custeada e uma série de promessas atraentes:terras, escolas e condições sanitárias adequadas. As promessas não foram cumpridas e a princípio o imigrante viveu em condições servis; entretanto, a constante escassez de mão-de-obra foi obrigando os fazendeiros a criarem contratos de trabalho e a modificarem suas atitudes escravagistas (García-Guillén,1982).

Em 1910, a Espanha proibiu a emigração ao Brasil para os casos de viagem subsidiada. A decisão foi atribuída à necessidade de salvar os direitos de seus cidadãos, uma vez que, no começo do século, produzira-se um escândalo na Europa pela notícia dos maus tratos sofridos pelos imigrantes no Brasil.A Itália tomara a mesma atitude em 1902. Não obstante, o Governo Espanhol tinha outros motivos,além do moral, para tal procedimento: a Espanha ressentia-se do êxodo maciço e da peste que estavam ocasionando um vazio demográfico na nação. Apesar disso, São Paulo, segundo García-Guillén (1980,II) recebeu nessa época 135.326 espanhóis,cifra que representava 30,3% da imigração total,superando a portuguesa.

O Estado iniciava sua industrialização e os espanhóis que não se adaptaram ao contexto agrário dirigiram-se aos grandes centros urbanos onde exerceram diversas atividades,vinculadas ao

comércio em geral e à incipiente indústria. Segundo Braga (1972), também em Salvador, Bahia, a imigração espanhola preferiu o engajamento em serviços urbanos, desprezando o trabalho do campo.

Entre 1890 e 1929, segundo dados apresentados por García-Guillén ( 1980,II), dos 551.384 espanhóis que entraram no Brasil, 374.658 estabeleceram-se em São Paulo, formando a segunda colônia mais numerosa dentre as constituídas como produto da imigração, a primeira seria a italiana.

Com a Guerra Civil ( 1936-1939 ) as dificuldades econô-  
micas da Espanha acentuaram-se , agravadas, ainda, pela II Guerra Mundial que pouco depois eclodiu. O êxodo espanhol foi significativo, tornando-se o Brasil, após Cuba e Argentina, o território que mais imigrantes acolheu na América nesse período.

As condições políticas e sociais do Estado de São Paulo, especialmente com o fim da II Guerra Mundial ,modificaram-se e teve início um intenso processo de desenvolvimento industrial. O fluxo migratório Espanha-Brasil alcança então seu auge, e os espanhóis vêm responder às novas oportunidades que o Estado oferecia : " As melhores condições foram achadas para a maioria, na indústria têxtil, trabalhando em casa para as indústrias de malhas; no mercado de cereais, frutas e óleos, como revendedores; e na comercialização do ferro-velho, onde a presença espanhola marca até hoje bairros como o Brás e a Moóca " (García-Guillén, 1980,II).

A tradicional imigração indiscriminada começou a ser substituída por uma imigração seletiva de pessoal técnico especializado. Em 1951, foi criado o CIME (Comitê Intergovernamental de Migrações Européias). Esta entidade, vinculada à ONU, tinha por finalidade auxiliar a migração de refugiados e promover o transporte, recepção e instalação de emigrantes europeus em países que os requisitassem. Entre os incentivos que o CIME proporcionava aos imigrantes que vinham com contrato de trabalho para o Brasil, podem citar-se: a) pagamento das despesas com a viagem e manutenção no país; b) seguro de vida e acidentes; c) garantia para conseguir um segundo emprego; d) organização de cursos de treinamento, especialização e aperfeiçoamento; e f) programa permanente de informação e assessoria (vide Anexo I). Um grande número de imigrantes espanhóis, engenheiros e técnicos na área de organização industrial, sempre mão-de-obra qualificada, entrou no país através do convênio do Brasil com o CIME<sup>(1)</sup>. Esse foi o meio utilizado pela maior parte dos imigrantes castelhanos entrevistados para a presente pesquisa. Apenas a título de curiosidade, vale registrar que o último imigrante espanhol a chegar através do CIME ingressou em São Paulo em 18/2/78. Dias após, em 31/3/78, foi rescindido o convênio entre as autoridades brasileiras e o CIME. As questões relativas à imigração passaram ao controle, em São Paulo, da Secretaria do Trabalho e no referente à Espanha, à Agregaduría Laboral do Instituto Espanhol de Emigração, vinculada à Embaixada da Espanha.

Entre os anos de 1958 e 1963, a coletividade espanhola es-

---

(1) Aqueles que não tinham experiência profissional anterior realizavam um curso de três meses no Centro de Perfeccionamiento Profesional y Técnico - Casa de América, em Vigo, mantido pelo Instituto Espanhol de Emigração e vinculado ao Ministério do Trabalho da Espanha.

tabelecida em São Paulo, principalmente na Capital, atingiu sua máxima participação no que se refere a atividades sociais e culturais (Blanco, 1981). Naquela época, existiam na Capital várias entidades hispânicas: "Sociedade Hispano-brasileira de Socorros Mútuos", Gremio Dramático Hispanoamericano, Centro Gallego, Centro Democrático Español, Casa de Galicia, Centro Asturiano, Centro Español, Centro Catalán, Centro Andaluz, Casa de Aragón, Casa de Cervantes e Casa de España. Produziam-se quatro programas radiofônicos diários: Alma de España, Relicario Español, Ecos de España e Ondas de España y Sudamérica. Circulavam quatro publicações em castelhano: Prensa Hispanobrasileña, Tribuna Hispánica, Semana Ibérica e Revista Hispanoamericana. Funcionava também uma atuante organização de assistência médica para o imigrante (García-Guillén, 1982). Foram realizadas inúmeras atividades culturais, artísticas, políticas, recreativas e esportivas. Apresentaram-se peças teatrais de diversos autores, recitais, conferências, grupos corais e outros espetáculos, não só dentro como fora das entidades representativas. Foi doado o monumento a Cervantes colocado nos jardins da Biblioteca Municipal e, já na década de 70, erigido o monumento a Federico García Lorca, doado pela coletividade espanhola à cidade de São Paulo. Pelo exposto, faz-se uma idéia da atuação que a coletividade espanhola manteve naqueles anos. No entanto, a partir de 1960, os espanhóis começaram a preferir a Europa para emigrar, seduzidos pelos salários elevados e pela vantagem do câmbio. A Europa acolheu tais trabalhadores que representavam mão-de-obra mais barata que a local e também menos exigente em termos de benefícios sociais.

Após 1964 em razão dos atos institucionais que se seguiram ao golpe militar, proibiu-se a transmissão de programas em idioma que não fosse o vernáculo. Isto significou duro golpe para os pro

gramas radiofônicos em língua estrangeira, que tinham ampla audiência por parte dos imigrantes.

Entre 1966/1967 caiu verticalmente o fluxo imigratório espanhol para São Paulo e o processo inverteu-se. Muitos espanhóis, com o abrandamento do regime na Espanha e sua recuperação econômica, regressaram à pátria. E, desde então, produziu-se uma lenta e persistente paralização das atividades culturais supra citadas, até atingir um nível extremamente baixo em torno de 1974. As entidades que desabrochavam ou mantinham uma situação atuante, principalmente na Capital, foram desaparecendo: por falta de condições materiais, pela impossibilidade de desenvolvimento do quadro social e por divergências pessoais de todo tipo. Algumas fundiram-se na atual Sociedade Hispano-brasileira de Socorros Mútuos que acabou não aglutinando todos aqueles que participavam dos vários centros, mas é hoje, oficialmente, a entidade representativa dos imigrantes espanhóis em São Paulo.

Hoje, a legislação brasileira estabelece restrições severas à imigração e só permite a entrada de pessoal altamente qualificado. Poucas profissões estão abertas permanentemente à imigração e para seu exercício no Brasil é exigido um mínimo de três anos de experiência. As dificuldades de emigrar para o Brasil, aliadas à preferência pelo trabalho em países da Europa, se não eliminou a entrada de espanhóis no Brasil em caráter permanente, reduziu-a a um número insignificante. O *Atlas de la Emigración Española* (1973) registra que em 1972 chegaram ao país, sem especificar estados, 353 espanhóis, isto é, 5,8% do total de emigrantes (6.009) que saíram da Espanha.

Em São Paulo atualmente a dispersão é clara. A elite

reúne-se freqüentemente para participar das atividades oficiais de caráter social e cultural promovidas pelo Consulado, pela Agre-  
gaduría Laboral e pelo Colégio Espanhol Miguel de Cervantes. Um  
grupo restrito de imigrantes radicados há muito tempo está filia-  
do à Sociedade Hispano-brasileira de Socorros Mútuos, único cen-  
tro associativo que sobreviveu e que para manter-se conta com a  
subvenção da Espanha. Ali realizam-se atividades sociais e al-  
guns eventos culturais promovidos pelos órgãos acima mencionados.

O imigrante espanhol, neste momento, mantém contato com  
seus compatriotas ocasionalmente quando comparece a uma progra-  
mação das entidades representativas antes citadas ou quando se  
apresenta em São Paulo um artista espanhol de renome. A grande  
maioria integrou-se ao país, convive com alguns patrícios por  
afinidade pessoal ou relação familiar e desliga-se dos demais,  
inclusive pela falta de opções quanto ao relacionamento social.  
O Brasil, e sobretudo São Paulo, não discrimina o imigrante e  
chega mesmo a valorizá-lo pela sua condição de homem europeu. Es-  
te fato faz com que o espanhol não sinta necessidade de conviver  
com a colônia para relacionar-se socialmente, e nem lute por fun-  
dar comunidades regionais ou nacionais hispânicas que o prote-  
jam e o acolham. A tudo isto alia-se a questão da língua que não  
cria entraves ao relacionamento entre brasileiros e hispânicos.  
Os imigrantes que adquiriram uma situação econômica razoável, re-  
gressam à pátria para desfrutar as férias do trabalho e rever os  
familiares que eventualmente tenham lá.

Os anos transcorreram sem que houvesse uma renovação e  
incorporação de novos elementos procedentes da Espanha. O nú-  
mero de imigrantes chegados mais recentemente, como se viu,  
foi insignificante e acabou absorvido pela própria cidade. Os



que se vincularam à atual colônia não tiveram condições de mudar a situação. Como é natural, o tempo, a convivência contínua social e profissional com os brasileiros, e a miscigenação levam o imigrante espanhol a integrar-se e a afrouxar os laços em relação a seus compatriotas e ao país natal.

\*\*\*